

**COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP**

**CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35**

**NIRE: 3530001003-5**

**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 005-2026**

**DATA/HORA E LOCAL:** Aos 22 dias do mês de abril de 2026, às 10h, foi realizada a reunião do Conselho Fiscal da Prodesp, em formato híbrido, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, e presencialmente, na Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, situada na Rua Águeda Gonçalves, 240, CEP: 06760-900, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo.

**PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS:** Luzia Valéria Sarno, Presidente do Conselho, Roberto Cesar de Oliveira Viegas; Bruno Santos Abreu Caligaris; Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda e Maurício Barutti de Oliveira.

**CONVIDADOS:** Glauber Aleixo Frediani, Gerente de Controladoria; Matheus Romualdo de Jesus, Coordenador de Contabilidade; Renata Avigro Rosa, Gerente de Auditoria; Cintia Andrade Soares do Prado Belchior, Gerente de Riscos, Controles e Integridade; Jorge Luiz de Souza, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo; Rafael Almeida Fernandez Soto, Diretor de Desenvolvimento de Sistemas; Ricardo Aragão de Araújo, Superintendente Unidade de Negócios Detran; Alexandre Pontes Alves, Assessor Técnico da Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas; Carlos Cesar Lucas Dias, Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais; Eduardo Augusto Muniz de Souza, Gerente de Inovação Comercial, Reinaldo Lopes Raimundo, Assessor Técnico da Diretoria de Relacionamento com Clientes; Aymee Di Monaco, Gerente de Governança.


**APOIO:** Sandra Marinalva da Silva Soares, Assessora do Escritório de Governança, designada para secretaria a reunião.


**Dando início à ordem do dia,** os Srs. Conselheiros, por unanimidade, deliberaram por alterar o horário de início das reuniões futuras para 9h, visando assegurar maior disponibilidade de tempo para análise minuciosa das matérias, qualificação dos debates e aprimoramento das deliberações.


**ORDEM DO DIA:**

**1. Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal realizada em 10 de março de 2026**

Dando início à reunião, a Sra. Sandra Soares, Assessora do Escritório de Governança, informou aos membros do colegiado que a Ata da Reunião Ordinária, realizada em 10 de março de 2026, foi previamente examinada pelo colegiado, não havendo ressalvas adicionais quanto ao seu teor. Em seguida, o colegiado ratificou a aprovação do documento e, em seguida, deu prosseguimento à reunião.

  
SS  
39619

  
RM  
48367

  
MO  
41932

  
RCOV

  
BC  
47134

  
LS

## 2. Ciência da posição econômica e financeira da Companhia: a) Resultados acumulados - até março/2026; b) Contas a Receber e c) Fluxo de Caixa (atendimento aos itens 4.1, 4.2 e 4.3 do planejamento anual do CF)

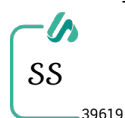
O Sr. Glauber Aleixo Frediani, Gerente de Controladoria, apresentou ao colegiado a posição econômico-financeira da Companhia referente ao encerramento de março de 2026, contemplando os resultados acumulados no período, a evolução das contas a receber, a situação do fluxo de caixa, as projeções financeiras e as principais medidas em curso voltadas à recomposição da liquidez corporativa. Informou que os números apresentados possuíam caráter preliminar, uma vez que as demonstrações financeiras ainda se encontravam em processo de revisão pela auditoria independente e que, tão logo a versão final esteja disponível, será submetida à apreciação deste Conselho Fiscal. No tocante ao desempenho econômico, consignou-se que a Companhia registrou **receita líquida acumulada de** [REDACTED] representando **crescimento de 32% em relação ao período comparativo anterior e resultado 4% superior ao orçamento projetado**. O Conselheiro Sr. Rodrigo Fontenelle identificou inconsistência material no comparativo apresentado, no qual constava referência ao exercício de 2024 em substituição a 2025, tendo a área técnica reconhecido o apontamento e informado que a devida correção seria providenciada nos documentos subsequentes. Ainda no campo dos resultados, foi reportado **lucro líquido acumulado de** [REDACTED] revertendo cenário deficitário anteriormente observado. Esclareceu-se que tal desempenho decorreu, principalmente, do fortalecimento das receitas recorrentes, da execução de contratos estratégicos — especialmente junto ao DETRAN e à FDE —, da melhoria dos processos de entrega e faturamento, da maior proximidade comercial com os clientes, dos ganhos de eficiência operacional implementados no período e da recuperação de custos relacionados à operação de coleta biométrica. Durante os debates, a Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Luzia Valéria, solicitou esclarecimentos quanto à sustentabilidade dos resultados apresentados, questionando se a performance observada decorreria de fatores extraordinários ou de efetiva melhoria estrutural das operações. Em resposta, o Sr. Glauber Frediani esclareceu que o resultado positivo decorre, predominantemente, de evolução operacional concreta e de melhor desempenho das receitas recorrentes, embora determinadas linhas de novos negócios e projetos estratégicos ainda permaneçam aquém das expectativas inicialmente projetadas. No que se refere às contas a receber, informou que a Companhia encerrou o período com aproximadamente [REDACTED] dos quais cerca de [REDACTED] correspondiam a valores vencidos, concentrados em clientes estratégicos, a exemplo do DETRAN, Saúde, SAA, Agricultura, DER e demais entes públicos relevantes. Destacou, contudo, melhora significativa na eficiência de cobrança, com redução do volume de atrasados em comparação ao exercício anterior, mesmo em cenário de aumento da receita. Os membros do colegiado solicitaram detalhamento das providências adotadas para a recuperação desses créditos. Em resposta, o Gerente informou que a Companhia realizou tratativas junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE), a qual orientou, em substituição à judicialização imediata, a instauração de processos individualizados para submissão à Câmara de Conciliação da Administração Estadual (CCAЕ), por se tratar de controvérsias administrativas passíveis de composição consensual. Nesse contexto, registrou-se a expectativa de protocolização de nove processos, totalizando aproximadamente [REDACTED]. Quanto ao DETRAN, esclareceu que permanecem em curso medidas específicas de conciliação, saneamento documental e negociação técnica relativas a pendências estimadas em cerca de **R\$ 50 milhões**. Na oportunidade, informou que os valores vencidos da SEDUC de Minas Gerais haviam sido integralmente regularizados no tocante às obrigações vencidas, remanescendo apenas valores

classificados como indenizatórios. Diante dessa informação, o Conselheiro Sr. Roberto Viegas solicitou esclarecimentos acerca da renovação contratual com o referido cliente, sendo informado pelo Gerente de Controladoria que o contrato não foi renovado para o exercício de 2026, inexistindo, até aquele momento, previsão firme de retomada da respectiva receita. Com relação ao fluxo de caixa, foi reportado [REDACTED] no encerramento de março de 2026, impactado principalmente por obrigações vencidas junto a fornecedores, que totalizavam aproximadamente [REDACTED]. O Conselheiro Sr. Bruno Caligaris ponderou que, mesmo na hipótese de recebimento integral dos créditos registrados, poderia subsistir insuficiência financeira para a quitação integral do passivo exigível, evidenciando pressão estrutural sobre a liquidez corporativa. Em resposta, o Sr. Glauber Frediani esclareceu que, além dos valores contabilizados em contas a receber, existem receitas potenciais vinculadas a serviços já executados e ainda não faturados, estimadas em cerca de [REDACTED], bem como contratos em negociação, valores indenizatórios pendentes e outras frentes comerciais capazes de recompor substancialmente a liquidez da Companhia ao longo do exercício. Informou, ainda, que, consideradas premissas conservadoras e a implementação das medidas em curso, a tendência projetada para 2026 é de gradual melhora do fluxo financeiro. Ao tratar do passivo junto a fornecedores, a Presidente do Conselho Fiscal manifestou preocupação com o prolongamento dos atrasos e seus reflexos reputacionais e econômicos, consignando que o mercado tende a precificar o risco de inadimplência em futuras licitações, elevando os custos para a Companhia. Ressaltou, ainda, a necessidade de gestão criteriosa dos pagamentos retidos, especialmente em relação a fornecedores de menor porte ou com menor capacidade financeira, a fim de evitar impactos relevantes na cadeia de fornecimento. Em resposta, foi informado que a Diretoria Administrativo-Financeira tem acompanhado diariamente o caixa da Companhia, priorizando os desembolsos conforme a criticidade do serviço prestado, o impacto operacional, o porte econômico do fornecedor e a disponibilidade momentânea de recursos. No curso dos debates, a Presidente do Conselho Fiscal enfatizou que, além das medidas financeiras já adotadas, a Companhia deve enfrentar com prioridade os gargalos internos existentes no ciclo compreendido entre especificação técnica, prospecção comercial, contratação, faturamento, cobrança e efetiva geração de receita, por se tratar de frente interna diretamente controlável pela Administração. Ressaltou que, sem revisão estrutural desses processos, a tendência é a perpetuação das dificuldades de caixa observadas. Os demais membros acompanharam as ponderações apresentadas. O Conselheiro Sr. Rodrigo Fontenelle observou, ainda, que parte das dificuldades atuais decorre de investimentos relevantes realizados em iniciativas estratégicas, notadamente no projeto do motor biométrico, cuja monetização e retorno econômico ainda demandam consolidação. Registrou, nesse sentido, a necessidade de atenção prioritária da Administração à conversão desses investimentos em receitas recorrentes e resultados concretos. O Conselheiro Sr. Roberto Viegas **registrou**, adicionalmente, a relevância de se avaliar a metodologia de formação de preços praticada pela Companhia, observando situações em que valores inicialmente propostos sofreriam reduções expressivas ao longo das tratativas negociais. Destacou tratar-se de tema estratégico, diretamente relacionado à rentabilidade, à sustentabilidade contratual e à qualidade das futuras receitas, reputando positiva sua inclusão no planejamento de auditoria para 2026. Na mesma oportunidade, o Conselheiro Sr. Roberto Viegas **solicitou** acesso aos relatórios de auditoria interna concluídos em 2025 e aos trabalhos já finalizados em 2026 relacionados a licitações, contratos, adaptação de requisitos de negócio, entregas operacionais, faturamento, formação de preços e temas correlatos, para análise individual pelos membros do colegiado. O Conselheiro Sr. Bruno Caligaris **solicitou**, ainda, acompanhamento periódico da evolução do pedido de recuperação de créditos tributários e do processo de

compensação em trâmite perante a Receita Federal, considerando os potenciais impactos positivos no resultado e no fluxo de caixa. Em acolhimento à sugestão apresentada, **ficou consignado** o retorno do tema em reunião futura, preferencialmente nos meses de junho ou julho, quando estimado o decurso do prazo de análise administrativa. Após ampla discussão, o Conselho Fiscal **tomou ciência** das informações apresentadas e, embora tenha reconhecido a evolução positiva dos indicadores econômicos reportados, **manifestou preocupação** com a situação de caixa da Companhia, com os passivos pendentes junto a fornecedores e com os gargalos estruturais que impactam a celeridade da conversão operacional em receita. Ao final, o colegiado agradeceu as informações prestadas.

### **3. Ciência do PAINT 2026, com apresentação de status, caracterização de riscos, prazos, criticidade, recorrências e impactos, bem como o fluxo demandas do Tribunal de Contas do Estado (1º trimestre - tema de *follow-up*)**

Na sequência, a Sra. Renata Avigro Rosa, Gerente de Auditoria, apresentou ao colegiado o **Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINT 2025**, o **Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT 2026** e o panorama das demandas oriundas do **Tribunal de Contas do Estado**, referentes ao primeiro trimestre de 2026, em atendimento à solicitação anteriormente formulada pelo Conselheiro Sr. Rodrigo Fontenelle, bem como no contexto do acompanhamento permanente das estruturas de controle, governança, integridade e supervisão institucional da Companhia. Inicialmente, esclareceu-se que o RAINT 2025 consolidou os principais trabalhos executados no exercício anterior, abrangendo avaliações de controles internos, conformidade normativa, acompanhamento de licitações e contratos, faturamento de receitas, parcerias para inovação, gestão de riscos, segurança da informação, controles sistêmicos e monitoramento das recomendações emitidas em auditorias anteriores. Informou-se, ainda, a continuidade de trabalhos iniciados em ciclos precedentes, bem como a emissão de pareceres técnicos em temas relevantes submetidos à apreciação da unidade de Auditoria Interna. No tocante à capacidade operacional da área, foram apresentados indicadores de produtividade e de alocação de esforço, registrando-se, no exercício de 2025, **7.568 horas produtivas**, **468 horas de capacitação** e **3.723 horas administrativas**. Também foi demonstrada a evolução das ações de desenvolvimento profissional realizadas junto a instituições especializadas, dentre elas Coursera, ENAP, IIA, CGU, CGE-SP e outras entidades de referência. Destacou-se que o investimento em capacitação teve por finalidade o aperfeiçoamento técnico da equipe, o alinhamento às boas práticas profissionais e o fortalecimento da Auditoria Interna como função estratégica de governança e apoio à gestão. Em relação à maturidade institucional da área, consignou-se a implantação do sistema **Perinity**, destinado à padronização dos registros, à rastreabilidade das atividades, ao acompanhamento estruturado dos trabalhos e ao aprimoramento da gestão interna. A Gerente de Auditoria informou, ainda, a evolução da Auditoria Interna no modelo **IA-CM - Internal Audit Capability Model**, evidenciando a progressiva consolidação dos elementos fundamentais de governança, processos, metodologia e práticas profissionais aplicáveis à função. Quanto ao PAINT 2026, foi apresentada a carteira de auditorias planejadas para o exercício, estruturada segundo critérios técnicos de relevância, materialidade, criticidade e exposição a riscos corporativos. Entre os temas previstos, destacaram-se auditorias relativas à aquisição de licenças, contratos com fornecedores, gestão de terceiros, atas de registro de preços, controles de pagamentos a fornecedores, metodologia de custos e formação de preços, pós-venda, contratos com clientes, faturamento, segurança da informação, acessos privilegiados e inventário de ativos de tecnologia da informação. Foi demonstrado ao colegiado o status de cada frente de trabalho, com



39619



48367



41932



47134



temas já iniciados e outros programados para início ao longo do exercício. No que se refere às demandas oriundas do Tribunal de Contas do Estado, informou-se que a Auditoria Interna passou a acompanhar diretamente os expedientes a partir de janeiro de 2026, registrando, apenas no primeiro trimestre, aumento expressivo no volume de requisições e nas horas dedicadas ao suporte técnico, ao monitoramento e à coordenação das respostas institucionais. Ressaltou-se que a adequada gestão desses expedientes exige atuação tempestiva das áreas envolvidas, consistência técnica das manifestações apresentadas e rigoroso acompanhamento de prazos, a fim de mitigar riscos de responsabilização institucional, reincidência de falhas e impactos negativos à imagem da Companhia. Durante os debates, os membros do Conselho Fiscal consignaram que o PAINT constitui instrumento essencial de planejamento, prevenção de falhas relevantes e fortalecimento da integridade institucional, devendo permanecer orientado por critérios objetivos de materialidade, relevância, recorrência de apontamentos anteriores e potencial impacto financeiro, operacional, regulatório ou reputacional para a Companhia. Ressaltaram, ainda, que os trabalhos de auditoria devem avaliar não apenas a conformidade formal dos processos, mas também a efetividade dos controles internos, a eficiência operacional e a aderência às normas legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis. Informou-se, ainda, a existência de **10 planos de ação vencidos de longo prazo**, vinculados à [REDACTED] relacionados principalmente a políticas de gestão de acessos, vulnerabilidades, cibersegurança e normativos correlatos. Esclareceu-se que, nos termos da regulamentação interna vigente, as providências cabíveis e os respectivos acompanhamentos já se encontravam em curso. Questionada pela Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Luzia Valéria, acerca da existência de temas críticos que demandassem atenção imediata do colegiado, a Gerente de Auditoria esclareceu que, naquele momento, não havia situação classificada como gravíssima. Ressaltou, contudo, que determinadas pendências, especialmente aquelas relacionadas à segurança da informação e à governança operacional, demandam tratamento tempestivo e não devem permanecer indefinidamente sem solução definitiva. Na oportunidade, o Conselheiro Sr. Rodrigo Fontenelle solicitou o encaminhamento de **relatório detalhado de horas/homem da Auditoria Interna**, contemplando a distribuição entre horas produtivas, capacitação, atividades administrativas e demais frentes executadas, a fim de subsidiar avaliação mais precisa acerca da alocação de recursos, produtividade e capacidade operacional da área. O Conselheiro Sr. Roberto Viegas requereu, ainda, o envio de **relatório específico sobre contratos com clientes e faturamento**, com destaque para os trabalhos de auditoria relacionados à receita corporativa, aos processos de faturamento, aos controles existentes, às fragilidades eventualmente identificadas, às recomendações emitidas e ao status das medidas corretivas adotadas ou em implementação. Constatou, igualmente, o interesse manifestado pelo Conselheiro Sr. Roberto Viegas em conhecer com maior profundidade o sistema Perinity, especialmente suas funcionalidades de gestão, monitoramento e controle das atividades de auditoria interna. Após os esclarecimentos e debates, o Conselho tomou ciência das informações apresentadas, registrando positivamente o andamento dos trabalhos executados, a estruturação metodológica da Auditoria Interna, a evolução de sua maturidade institucional e o monitoramento contínuo dos planos de ação existentes. Ao final, o colegiado deliberou pelo **acompanhamento trimestral da execução do PAINT 2026**, incluindo as demandas oriundas do Tribunal de Contas do Estado, **recomendou especial atenção à tempestiva regularização das pendências relacionadas à segurança da informação e ao envio dos relatórios solicitados pelos Conselheiros**, agradecendo à Sra. Renata Avigro Rosa pela apresentação realizada.

  
SS  
39619  
RM  
48367  
MO  
41932  
RCOV  
BC  
47134  
LS

#### 4. Ciência dos reportes periódicos de Compliance e Riscos, com indicadores e evidências de incidentes relevantes - (tema de follow-up)

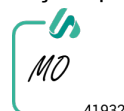
A Sra. **Cintia Andrade Soares do Prado Belchior**, Gerente de Riscos, Controles e Integridade, apresentou ao colegiado os reportes periódicos da área, contemplando a evolução da estrutura organizacional, as principais entregas realizadas, os indicadores de maturidade, o acompanhamento dos riscos corporativos, as iniciativas de conformidade e as evidências relacionadas a incidentes relevantes, em continuidade ao acompanhamento promovido por este Conselho Fiscal. Inicialmente, esclareceu que a Gerência de Riscos, Controles e Conformidade foi estruturada no exercício anterior, a partir do desmembramento da antiga Gerência de Governança, passando a atuar de forma especializada nos temas de riscos corporativos, controles internos, continuidade de negócios e conformidade. Informou que o objetivo central da área consiste em promover abordagem integrada com as demais unidades da Companhia, mantendo forte sinergia com Auditoria Interna, Governança, Processos, Ouvidoria, Jurídico e áreas de negócio, com foco preventivo, apoio técnico e contribuição mais próxima à tomada de decisão. No tocante à estratégia institucional para 2026, registrou que a área pretende intensificar a cultura de integridade na Companhia, reconhecendo que os temas relacionados à gestão de riscos se encontram em estágio mais maduro do que aqueles vinculados à integridade e à conformidade. Nesse contexto, informou que a atuação da GRC vem sendo redirecionada para um modelo mais prático e aderente à rotina corporativa, com maior proximidade das áreas de negócio, proposição de controles, revisão de processos, elaboração de normativos e realização de campanhas educativas voltadas ao fortalecimento do compliance no cotidiano organizacional. Em seguida, apresentou a estrutura atual da equipe, composta pela Gerência, por Coordenadoria de Conformidade já instituída e por processo em curso de contratação de Coordenadoria de Riscos e Controles Internos, visando à ampliação da capacidade operacional da unidade. Informou, ainda, as principais frentes de atuação atualmente desenvolvidas, abrangendo gestão de riscos, controles internos, continuidade de negócios e conformidade regulatória. No eixo de gestão de riscos, esclareceu que a Companhia se encontra em fase de consolidação do ciclo corporativo, com atividades já distribuídas entre identificação, tratamento, monitoramento e revisão, havendo expectativa de conclusão de importante etapa evolutiva até o final do exercício. No tema controles internos, informou que a metodologia foi estruturada no segundo semestre do exercício anterior, encontrando-se atualmente em fase de implementação prática junto às áreas responsáveis. Quanto à continuidade de negócios, relatou a contratação de consultoria especializada para o desenvolvimento dos guias, planos e instrumentos necessários, incluindo **TCN, PRD, PRO** e demais documentos correlatos. No campo da conformidade, reiterou que o foco prioritário consiste em aproximar o compliance das áreas operacionais e ampliar sua percepção como função de apoio e geração de valor. Ao discorrer sobre as principais entregas realizadas, informou que, **em 2025, foram concluídas:** a aprovação da Declaração de Appetite a Risco; a revisão do Código de Conduta; a criação de novo layout e vídeo institucional do referido Código; a aprovação dos dez principais riscos estratégicos pelo Conselho de Administração; a instituição da norma de continuidade de negócios; a aprovação e publicação da Política de Antissuborno e Anticorrupção e da Política de Compliance; bem como a realização do primeiro evento integrado entre as áreas de Governança, Riscos, Compliance, Auditoria e Ouvidoria. Em relação às entregas realizadas em 2026 até a presente data, destacou: a criação do Canal de Compliance, atualmente em processo de aprimoramento; a validação e revisão dos riscos estratégicos sob nova ótica, alinhada à visão da Diretoria Executiva; a publicação da metodologia de riscos operacionais e a formalização do procedimento correspondente; o início do mapeamento dos riscos de

cibersegurança com apoio de consultoria especializada; a revisão dos cenários de greve no contexto da continuidade de negócios; a criação da norma de controles internos; a publicação da norma de brindes e hospitalidades, em aderência ao decreto aplicável; a realização de palestra sobre o uso ético e responsável da inteligência artificial; e o início da implantação de controles voltados às obrigações regulatórias na ferramenta Perinity. No tocante aos indicadores de maturidade, informou que **a Companhia evoluiu no modelo Gartner de gestão de riscos do nível 2+ para 3-**, atingindo antecipadamente meta originalmente prevista para o final de 2026. Relatou, também, **avanço no nível de maturidade de continuidade de negócios, do nível 1+ para 2-**, decorrente da implementação de formulários de BIA e RIA, da realização de testes internos e da normatização específica. No âmbito da cultura organizacional, destacou que o treinamento obrigatório do Código de Conduta atingiu índice de participação de **99,5%**, consideradas posteriormente as regularizações de empregados afastados ou em período de férias. Informou, ainda, que a primeira pesquisa de percepção sobre integridade da Companhia contou com **536 respondentes**, resultado considerado expressivo para a primeira aplicação. Registrou, contudo, como ponto de atenção a percepção de baixa confiança quanto à proteção ao denunciante e ao uso dos canais de reporte, tema reconhecido como desafio recorrente em programas de integridade. Na oportunidade, o Conselheiro Sr. Rodrigo Fontenelle questionou quais ações, campanhas ou iniciativas estavam sendo planejadas pela área para fortalecer a confiança institucional nos canais de denúncia e na efetiva proteção ao denunciante, à luz dos resultados apurados na pesquisa apresentada. Em resposta, esclareceu-se que a área já atua em conjunto com a Ouvidoria no desenvolvimento de ações educativas e materiais específicos voltados ao fortalecimento da confiança institucional nesse processo. No âmbito dos riscos operacionais, informou que a Companhia possui aproximadamente **356 riscos mapeados**, encontrando-se em andamento atuação prioritária sobre aqueles classificados como altos e severos, mediante validação de controles existentes, execução de testes e elaboração de planos de ação corretivos. Em paralelo, relatou que já se encontra concluída matriz específica de riscos cibernéticos críticos, severos e altos, validada pelas áreas responsáveis e aderente à realidade operacional da Companhia. No curso dos debates, o Conselheiro Sr. Rodrigo Fontenelle elogiou a robustez do material apresentado e destacou a relevância institucional dos temas tratados. Solicitou, adicionalmente, o encaminhamento da Declaração de Appetite a Risco aprovada, bem como registrou interesse em futura interlocução técnica acerca de medidas de proteção ao denunciante, compartilhando experiências adotadas no âmbito estadual para incremento da confiança nos canais de denúncia. A Gerente de Riscos, Controles e Conformidade colocou-se à disposição para o intercâmbio institucional e informou que a Política de Riscos deverá passar por revisão no exercício corrente, oportunidade em que eventuais aprimoramentos poderão ser incorporados. Na mesma oportunidade, a Gerente informou que se encontra em fase de validação minuta de norma interna sobre conflito de interesses, construída com base em referenciais normativos aplicáveis e adaptada às particularidades da Companhia, solicitando, se possível, contribuições técnicas adicionais sobre o tema. Houve manifestação favorável ao compartilhamento do material para análise colaborativa. Após os esclarecimentos prestados pela Gerente de Riscos, os membros do colegiado agradeceram a exposição e recomendaram o fortalecimento das ações institucionais voltadas ao aumento da confiança nos canais de denúncia e à proteção do denunciante, mediante campanhas educativas, comunicação interna e medidas de sensibilização organizacional. Manifestaram, ainda, concordância com a realização de interlocução técnica e troca de experiências com órgãos estaduais que enfrentam desafios semelhantes nos temas de integridade e reporte de irregularidades. Solicitaram o encaminhamento da Declaração de Appetite a Risco aprovada, para

conhecimento e análise, bem como registraram a conveniência de que o próximo ciclo de revisão da Política de Riscos contemple melhorias estruturais e eventuais recomendações técnicas adicionais. Houve, igualmente, manifestação favorável ao compartilhamento da minuta da norma interna de conflito de interesses, ainda em fase de validação, para análise técnica e contribuições especializadas, inclusive quanto ao tratamento de temas correlatos de governança. Reforçaram, por fim, a **importância da manutenção dos reportes trimestrais da área** de Riscos, Controles e Conformidade ao Conselho Fiscal, bem como da **continuidade das iniciativas** destinadas ao fortalecimento da cultura de integridade, compliance e atuação preventiva junto às áreas de negócio.

### **5. Ciência dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade - (atendimento ao item 11.2 do planejamento anual do CF)**

O Sr. **Jorge Luiz de Souza**, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo, apresentou ao colegiado as informações consolidadas acerca dos processos licitatórios concluídos e em andamento, bem como das contratações realizadas por dispensa e inexigibilidade de licitação e das compras diretas, no contexto do acompanhamento periódico promovido por este Conselho Fiscal sobre a governança das contratações da Companhia. Inicialmente, foram expostos os indicadores referentes ao mês de março de 2026, informando-se que as pesquisas de preços realizadas no período resultaram em economia estimada de **R\$ 4,6 milhões**. No mesmo intervalo, registrou-se a sinalização de cinco licitações, das quais quatro restaram homologadas, uma foi anulada e duas permaneceram suspensas *sine die*, mantendo-se, adicionalmente, quatorze licitações em andamento na data da reunião. Em relação ao desempenho acumulado do exercício, foi informado que a Companhia alcançou economia total de **R\$ 38,6 milhões**, considerando 27 licitações finalizadas, frente ao montante licitado aproximado de [REDACTED]. Também foi apresentada série comparativa com os exercícios anteriores, bem como consolidado por diretoria demandante, contemplando os procedimentos concluídos, suspensos e em tramitação. Ao tratar dos indicadores de eficiência, registrou-se que o tema decorre de solicitação anteriormente formulada pelo Conselheiro Sr. Bruno Caligaris, razão pela qual passou a integrar os reportes periódicos da área. Informou-se que, embora o índice ainda se encontrasse abaixo do patamar almejado nos três primeiros meses do exercício, permanecia sob acompanhamento e aperfeiçoamento contínuos. No tocante às contratações diretas, foram apresentados os dados relativos às inexigibilidades e dispensas de licitação. Informou-se que, no mês de março, o volume de contratações por inexigibilidade atingiu aproximadamente [REDACTED] ao passo que o acumulado do exercício alcançou [REDACTED]. Esclareceu-se que o resultado mensal foi impactado, sobretudo, pela contratação de solução tecnológica destinada ao gerenciamento e acompanhamento de processos administrativos e judiciais. Na oportunidade, a Presidente do Conselho Fiscal, Sra. **Luzia Valéria**, questionou a composição do montante informado e, em especial, se o valor de aproximadamente [REDACTED] relativo à contratação de maior valor no período, corresponderia ao custo anual da solução apresentada. Em resposta, o Gerente de Licitações e Suporte Administrativo esclareceu que o contrato principal corresponde ao montante global estimado de aproximadamente [REDACTED] distribuído ao longo de cinco anos, compreendendo os exercícios de 2026 a 2031, não se tratando, portanto, de custo anual isolado. Quanto às compras diretas, informou-se movimentação de aproximadamente [REDACTED] no acumulado do ano. Durante os debates, os membros do Conselho Fiscal consignaram que, embora as contratações por dispensa e inexigibilidade sejam instrumentos



legalmente admitidos, sua utilização demanda rigor reforçado quanto à motivação do ato administrativo, à justificativa de preços, à adequada instrução processual, à demonstração da aderência legal da hipótese utilizada e à plena rastreabilidade decisória. Ressaltaram, ainda, a importância do planejamento prévio das contratações, de modo a reduzir demandas urgentes, mitigar riscos de fracionamento indevido de despesas e evitar a recorrência de contratações emergenciais. O colegiado registrou, também, a relevância da manutenção da competitividade dos certames, da busca contínua por economicidade e da análise das causas subjacentes a licitações fracassadas, anuladas ou suspensas, de forma a identificar oportunidades de aprimoramento dos editais, das especificações técnicas, das pesquisas de mercado e das estratégias de contratação. Após os esclarecimentos prestados, o Conselho Fiscal tomou ciência das informações apresentadas e agradeceu ao Sr. **Jorge Luiz de Souza** pelas informações prestadas.

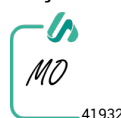
#### **6. Ciência das informações sobre fatos relevantes a serem comunicados ao mercado - (atendimento ao item 7.3 do planejamento anual do CF)**

A Assessora do Escritório de Governança informou ao colegiado que, no período de referência, não houve fatos relevantes a serem comunicados. Diante do exposto, o Conselho Fiscal tomou ciência da inexistência de fatos relevantes no período analisado.

#### **7. Acompanhamento das Demandas (recomendações/solicitações) do Conselho Fiscal**

##### **a) Ciência da situação das negociações com o DETRAN; regularização contratual dos serviços de “emissão de CNH e coleta biométrica”; perspectivas de faturamento e continuidade das atividades (solicitado em reunião ordinária de 10/03/3036)**

O Sr. **Rafael Almeida Fernandez Soto**, Diretor de Desenvolvimento de Sistemas, apresentou ao colegiado a devolutiva à solicitação formulada na reunião anterior, prestando esclarecimentos detalhados acerca da situação das negociações mantidas com o **DETRAN** para regularização contratual da prestação dos serviços de emissão de **Carteira Nacional de Habilitação - CNH** e de **coleta biométrica**, bem como sobre as perspectivas de faturamento e continuidade das atividades correlatas. Inicialmente, esclareceu que os serviços em referência possuem naturezas distintas e vêm sendo tratados em instrumentos contratuais próprios. Informou que a emissão de CNH compreende atividades de tecnologia da informação e logística voltadas à impressão e à entrega dos documentos emitidos a partir dos fluxos operacionais realizados nas unidades do Poupatempo e nos postos do DETRAN. Já a coleta biométrica corresponde à etapa antecedente de captura de dados biométricos e da documentação necessária à prestação dos respectivos serviços públicos. No tocante à emissão de CNH, relatou que, a partir de janeiro de 2026, a responsabilidade pela contratação passou a ser diretamente do DETRAN, ao passo que a Secretaria de Gestão e Governo Digital - **SGGD** permaneceu responsável pelos ajustes financeiros pendentes relativos ao exercício anterior. Informou que, após tratativas técnicas e comerciais desenvolvidas ao longo dos últimos meses, foi encaminhada ao DETRAN, em **16/04/2026**, proposta formal para contratação do serviço, no valor global de [REDACTED] pelo prazo de **30 meses**, correspondente a 30 parcelas mensais, já contemplando nova estrutura de custos e expectativa de recuperação de margens operacionais anteriormente comprimidas. Esclareceu que a complexidade da negociação decorreu, entre outros fatores, da ampliação do escopo originalmente praticado, incluindo a solicitação de novo posto avançado de coleta em Guarulhos, a impressão em mídia de policarbonato, a impressão de documentos de identificação funcional e adequações decorrentes de alterações



normativas relacionadas à CNH, as quais impactaram a volumetria estimada do contrato. Informou que, observados os trâmites usuais do cliente, a expectativa da Administração é de assinatura contratual em até **90 dias**, com previsão estimada para meados de **julho de 2026** e início do faturamento no mês subsequente, mediante regime de medição mensal dos serviços prestados. Questionado pela Presidente do Conselho Fiscal, Sra. **Luzia Valéria**, acerca dos efeitos financeiros do período compreendido entre janeiro de 2026 e a eventual assinatura do novo contrato, o Diretor esclareceu que a prioridade atual da Administração está concentrada na formalização do instrumento contratual, sendo a discussão acerca de eventual recomposição financeira retroativa ou ajustes referentes ao intervalo sem cobertura contratual objeto de tratativas posteriores. A Conselheira registrou a importância de que tal tema seja oportunamente equacionado e acompanhado pelo colegiado. Em seguida, ao tratar da coleta biométrica, esclareceu que parte relevante das coletas atualmente realizadas em unidades do Poupatempo já se encontra abrangida por contrato vigente com a Secretaria de Governo Digital, inexistindo lacuna remuneratória nessa frente operacional. Informou, contudo, que permanece em negociação contrato adicional destinado à cobertura de postos remanescentes do DETRAN, à abertura de novos pontos de atendimento e à inclusão de componentes vinculados ao denominado “**motor biométrico**”, investimento estratégico realizado pela Companhia no exercício anterior. Nesse contexto, informou que foi encaminhada ao DETRAN, em **15/04/2026**, nova proposta comercial no valor global [REDACTED] estimando-se parcela média de aproximadamente [REDACTED] por mês, também sob regime de medição. Ressaltou, entretanto, que esse processo apresenta maior grau de sensibilidade, uma vez que o cliente ainda não concluiu a documentação técnica definitiva, especialmente o termo de referência, as especificações técnicas e as declarações correlatas, circunstância que poderá ensejar revisões de preços, custos, prazos e demais parâmetros da proposta atualmente apresentada. Durante os debates, a Presidente do Conselho Fiscal externou preocupação com a atual situação de caixa da Companhia e ponderou que investimentos relevantes realizados diretamente pela empresa, sem adequado compartilhamento de riscos ou contrapartidas previamente formalizadas pelos clientes beneficiários, podem ampliar a exposição financeira institucional. Sugeriu que, para futuras iniciativas de maior porte, investimentos estratégicos sejam, preferencialmente, acompanhados de compromissos contratuais previamente definidos ou de mecanismos de corresponsabilidade financeira entre as partes envolvidas. Em resposta, o Diretor esclareceu que, no caso específico dos serviços de emissão de CNH e de coleta biométrica, não se trata de investimentos novos desvinculados de operações existentes, mas de continuidade e reestruturação de serviços historicamente prestados pela Companhia, cujos atrasos decorrem, principalmente, da complexidade negocial, das dependências de tempo e rito decisório do cliente e da inclusão de novos componentes técnicos, especialmente aqueles relacionados ao motor biométrico. Na sequência, o Conselheiro Sr. **Bruno Caligaris** solicitou esclarecimentos quanto ao modelo organizacional adotado para o atendimento ao [REDACTED] observando que os temas apresentados possuíam natureza predominantemente comercial e financeira, embora submetidos pela [REDACTED]. Em resposta, o Diretor esclareceu que a Companhia implantou processo de verticalização do atendimento a clientes estratégicos, tendo o DETRAN sido escolhido como projeto-piloto. Informou que foi criada **Business Unit** específica, concentrando, sob uma mesma estrutura, o atendimento *end-to-end* ao cliente, incluindo as frentes comercial, faturamento, prospecção de novos negócios, desenvolvimento de sistemas, operação e gestão de serviços. Esclareceu, ainda, que a estrutura foi inicialmente testada em formato piloto e posteriormente institucionalizada, em **novembro de 2025**, por meio dos instrumentos internos de governança e da tabela de alçadas, permanecendo

  
SS  
39619  
RM  
48367  
MO  
41932  
RCOV  
BC  
47134  
LS

atualmente sob supervisão da Diretoria competente. Segundo relatado, os resultados observados até o momento indicam evolução significativa no faturamento, ampliação do volume de negócios, maior integração entre equipes, melhoria na comunicação interna, maior celeridade no atendimento ao cliente e incremento da eficiência operacional. Questionado, ainda, pelo Conselheiro Sr. Bruno Caligaris acerca da eventual expansão do modelo para outros clientes estratégicos, o Diretor informou que o tema vem sendo estudado pela Administração, inclusive com avaliações relacionadas ao [REDACTED], ponderando, contudo, que eventual verticalização em escala mais ampla dependerá de revisão da estrutura organizacional vigente, de adequações normativas e do amadurecimento institucional do modelo adotado. Registrou, ainda, entendimento no sentido de que a iniciativa representa caminho positivo para a modernização do atendimento corporativo da Companhia. Após os esclarecimentos e debates, o Conselho Fiscal tomou ciência das informações apresentadas acerca das negociações mantidas com o DETRAN para regularização contratual dos serviços de emissão de CNH e de coleta biométrica, bem como das perspectivas de faturamento e continuidade das atividades correlatas. O colegiado registrou a relevância estratégica do tema para a recomposição de receitas e para o equilíbrio financeiro da Companhia, acompanhando com atenção os prazos estimados para formalização dos instrumentos contratuais em tratativa. Manifestou, ainda, preocupação quanto ao período transcorrido sem cobertura contratual definitiva e aos respectivos reflexos financeiros, consignando a necessidade de posterior esclarecimento acerca do tratamento a ser conferido aos serviços prestados entre janeiro de 2026 e a data de eventual assinatura dos novos ajustes. No curso das discussões, os membros destacaram a importância de que futuros investimentos estratégicos da Companhia sejam, sempre que possível, acompanhados de compromissos contratuais previamente definidos, adequada alocação de riscos e mecanismos de corresponsabilidade financeira com os clientes beneficiários, de modo a mitigar exposições econômico-financeiras indevidas. Quanto ao modelo organizacional adotado para o atendimento ao DETRAN, o colegiado tomou ciência da implantação da **Business Unit** específica e dos resultados preliminares reportados, consistentes em melhoria da integração entre equipes, maior celeridade operacional, incremento do faturamento e ampliação do volume de negócios. Registrou, igualmente, a pertinência de futura avaliação estruturada da efetividade do modelo, inclusive quanto à possibilidade de replicação para outros clientes estratégicos, observadas as limitações da estrutura organizacional vigente, a necessidade de adequações normativas correspondentes e os estudos em andamento relacionados ao Tribunal de Justiça. Na mesma oportunidade, os membros solicitaram a reapresentação do tema de forma estruturada, contendo indicadores objetivos, resultados alcançados, avaliação da performance do modelo implantado e elementos que subsidiem futura análise quanto à sua manutenção, aperfeiçoamento ou eventual expansão, tendo o Diretor se comprometido a submeter o referido material ao colegiado em reunião prevista para **junho de 2026**. Ao final, o colegiado agradeceu ao Diretor, Sr. **Rafael Almeida Fernandez Soto**, pelas informações prestadas.

**b) Atualizações da evolução da regularização das pendências financeiras junto ao “Detran” (Carlos Cesar Lucas Dias, Assessoria Técnica Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais)**

O Sr. **Carlos Cesar Lucas Dias**, Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais, apresentou ao colegiado informações detalhadas acerca das medidas adotadas para a regularização das pendências financeiras mantidas junto ao **DETRAN**, em atendimento à solicitação específica do Conselho Fiscal quanto ao acompanhamento contínuo da recuperação desses créditos e aos seus reflexos sobre a



SS  
39619



RM  
48367



MD  
41932



RCOV



BC  
47134



LS

liquidez da Companhia. Inicialmente, esclareceu que, diante da materialidade dos valores envolvidos e da relevância estratégica da relação comercial entre as partes, foi estruturada rotina permanente de tratativas entre a **PRODESP** e o DETRAN, com foco na identificação, saneamento documental, validação técnica e aceleração dos pagamentos pendentes. Informou-se que os trabalhos vêm sendo conduzidos por meio de governança específica, com a realização de reuniões periódicas, definição de responsáveis e acompanhamento sistemático de cada pendência financeira existente. No tocante às ações implementadas, foi relatada a realização de levantamento e triagem das pendências, contemplando o mapeamento individualizado dos valores em aberto, a quantificação e qualificação dos créditos, a identificação da natureza de cada divergência e a revisão dos documentos de suporte. Registrou-se, ainda, que a análise passou a considerar critérios de completude, tempestividade e aderência formal dos relatórios de medição, bem como a suficiência e robustez das evidências necessárias ao processamento dos pagamentos. Informou-se, também, que as equipes das instituições passaram a atuar em reuniões semanais de alinhamento, nas quais foi estabelecido *framework* operacional padronizado para facilitar o fluxo de regularização, compreendendo as etapas de medição, pré-ateste, emissão de nota fiscal, ateste, pagamento e recebimento. Segundo esclarecido, a padronização documental e procedimental permitiu maior previsibilidade, redução de retrabalho e incremento da celeridade na análise das demandas pendentes. Em complemento, o Sr. Carlos Cesar destacou que, paralelamente à regularização documental, passou a existir priorização de pagamentos pelo DETRAN, considerando as pendências já saneadas e as notas fiscais regularmente emitidas, o que contribuiu para a melhora gradual do fluxo financeiro entre as partes. Ao apresentar os resultados alcançados, informou que os valores pendentes de regularização, que em abril de 2025 correspondiam a aproximadamente [REDACTED] foram reduzidos para cerca de [REDACTED] em março de 2026, representando redução de **55,7%** no período analisado. Demonstrou-se, ainda, que os recebimentos obtidos entre janeiro e julho de 2025 totalizaram [REDACTED] com média mensal de [REDACTED] ao passo que, entre agosto de 2025 e abril de 2026, os valores recebidos alcançaram [REDACTED] elevando a média mensal para [REDACTED] **milhões**, o que representou incremento aproximado de **360%** após a implantação da estrutura dedicada à gestão dos negócios junto ao DETRAN. Constou, ainda, informação específica acerca dos **Projetos Google / Sistemas em Nuvem**, vinculados ao [REDACTED] com vigência de [REDACTED] no montante global de [REDACTED] contemplando [REDACTED]

[REDACTED] Informou-se que tais iniciativas possuem relevância tanto operacional quanto financeira, compondo parte significativa das expectativas de faturamento futuro e da modernização tecnológica dos serviços prestados ao DETRAN. Após os esclarecimentos prestados, o Conselho Fiscal tomou ciência das informações apresentadas, registrou agradecimentos ao Sr. **Carlos Cesar Lucas Dias** pelas contribuições realizadas e recomendou a continuidade do acompanhamento das tratativas institucionais junto ao DETRAN.

**c) Acompanhamento do “Projeto do Motor Biométrico” e perspectivas financeiras da Companhia; e d. Acompanhamento da situação atual da “Coleta Biométrica”, bem como os impactos no fluxo de caixa** Prosseguindo a reunião, o Conselho Fiscal acompanhou a atualização do **Projeto do Motor Biométrico** e da **situação atual da Coleta Biométrica**, bem como os respectivos reflexos econômico-financeiros para a Companhia. Inicialmente, registrou-se que o Diretor de Relacionamento com Clientes, Sr. **Thiago Waltz Alvez**, não pôde participar da reunião em razão de compromisso previamente agendado com cliente estratégico,

tendo sido informado que as áreas técnicas presentes se encontravam munidas dos elementos necessários para a apresentação da matéria. Na oportunidade, a Presidente do Conselho Fiscal, Sra. **Luzia Valéria**, considerou relevante a presença do referido Diretor, tendo em vista que os questionamentos do colegiado poderiam extrapolar os limites estritos da pauta e alcançar temas correlatos sob sua esfera de atuação. Não obstante o registro, o colegiado anuiu com o prosseguimento da apresentação, consignando que eventuais dúvidas remanescentes ou temas que demandassem maior aprofundamento poderiam ser posteriormente retomados com a participação do Diretor. Na sequência, o Sr. **Eduardo Augusto Muniz de Souza**, Gerente de Inovação Comercial, apresentou o status do Projeto do Motor Biométrico, esclarecendo que a iniciativa foi concebida com o objetivo de modernizar o sistema biométrico da Companhia, ampliar os padrões de segurança, auditoria e compliance e viabilizar plataforma tecnológica apta à validação segura de identidades. Informou que o projeto contempla, ainda, a sanitização das bases históricas de registros biométricos, com a finalidade de identificar duplicidades, inconsistências e eventuais fraudes em cadastros legados vinculados tanto à identidade civil quanto às operações relacionadas à **Carteira Nacional de Habilitação - CNH**. Como principal marco do período, registrou-se o alcance de aproximadamente **2 milhões de registros sanitizados**, dentro de um universo inicial de **18 milhões de registros** priorizados na primeira etapa do projeto. Esclareceu-se que tal avanço permitirá a formação de base biométrica progressivamente mais confiável, apta a suportar autenticações e verificações faciais futuras com maior grau de assertividade. Foi informado, ainda, que a deduplicação das bases vinculadas ao DETRAN depende da execução contratual específica e do alinhamento do respectivo plano de trabalho, já encaminhado ao cliente em março de 2026, permanecendo em discussão ajustes relacionados às regras de negócio. Em razão dessa pendência, a Companhia antecipou a sanitização dos registros de identidade civil já disponíveis, de modo a adiantar etapas do projeto e mitigar riscos de atraso. Relatou-se, contudo, que o início do processamento em larga escala revelou intercorrências técnicas e episódios de lentidão junto ao fabricante da solução, circunstância que ensejou a criação de sala de monitoramento dedicada para acompanhamento intensivo do desempenho e mitigação de riscos de impacto no cronograma previsto para os meses de maio e junho de 2026. No tocante às perspectivas financeiras do projeto, consignou-se que alteração normativa promovida pela **SENATRAN** reduziu parte relevante da volumetria originalmente projetada para autenticações biométricas vinculadas à renovação de CNH, impactando negativamente a receita estimada em aproximadamente **33% no horizonte de cinco anos**. Como medida mitigadora, informou-se a abertura de novas frentes de monetização, incluindo tratativas com certificadoras digitais para substituição do uso de tokens por autenticação facial, bem como a aceleração da oferta de **APIs biométricas** a clientes públicos e privados, com vistas à recomposição do potencial econômico inicialmente projetado. Em seguida, o Sr. **Reinaldo Lopes Raimundo**, Assessor Técnico da Diretoria de Relacionamento com Clientes, apresentou atualização relativa à Coleta Biométrica, esclarecendo que o tema se encontrava segmentado em três frentes: **Secretaria de Gestão e Governo Digital - SGGD**, **Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt - IIRGD** e **DETRAN**. Quanto à frente SGGD, informou que foram processadas parcelas indenizatórias referentes a serviços legados no montante aproximado de [REDACTED] em 30/12/2025 e de [REDACTED] em 06/01/2026, remanescendo saldo residual com expectativa de regularização no mês de maio de 2026. No que se refere ao IIRGD, relatou que permaneciam pendentes definições acerca de proposta comercial estimada em aproximadamente [REDACTED] já encaminhada ao órgão competente, sem devolutiva formal conclusiva até a data da reunião, apesar das reiteradas cobranças e acompanhamentos realizados pela Companhia. Durante os debates, a Presidente do Conselho Fiscal, Sra.



Luzia Valéria, questionou acerca de possíveis medidas institucionais que pudessem contribuir para o avanço das tratativas pendentes. Na oportunidade, registrou-se o ingresso na reunião do Diretor de Relacionamento com Clientes, Sr. Thiago Waltz Alvez, que passou a participar dos debates e esclareceu que, concluída a etapa de higienização da base biométrica, a Companhia passará a deter melhores condições negociais para adoção de providências mais assertivas em relação à continuidade da prestação dos serviços, inclusive mediante eventual provocação institucional ao cliente quanto à necessidade de manifestação formal sobre a relevância e a continuidade do serviço prestado. A Conselheira ponderou que eventual interrupção abrupta de serviço essencial deve ser tratada com cautela, em razão dos impactos ao Estado e aos cidadãos, colocando o colegiado à disposição para avaliar eventual apoio institucional que se mostrasse útil e juridicamente adequado. Na mesma oportunidade, a Presidente do Conselho Fiscal retomou preocupação anteriormente externada quanto à situação de caixa da Companhia, aos atrasos no pagamento de fornecedores e à necessidade de aceleração dos ciclos internos de venda, contratação, faturamento e recebimento. Destacou a existência de gargalos entre a solicitação do cliente, a elaboração de termos de referência, os alinhamentos técnicos, as tramitações internas, a formulação de propostas, as aprovações e o faturamento, com impacto direto na geração tempestiva de receitas e no equilíbrio financeiro da empresa. Ressaltou que a observação não se dirigia a área específica, mas à necessidade de aperfeiçoamento do fluxo corporativo como um todo. Em resposta, o Diretor informou que a Companhia implementou novo processo, novo sistema e novo fluxo para aprovação de demandas, incluindo orçamento orientativo, modernização da estrutura de propostas, acompanhamento do ciclo de vida das demandas e gestão estruturada do backlog comercial por meio de **CRM**. Informou que, à época, existiam **76 propostas em backlog**, acompanhadas por indicadores de tempo e estágio processual, com reportes semanais à Diretoria Executiva. Acrescentou que houve ampliação significativa da equipe comercial, criação de unidades de negócio estratégicas e maior integração institucional após a implementação do sistema **Progera**, inclusive com participação mais ativa das Diretorias Jurídica, de Governança e de Gestão nos fluxos corporativos. Registrou, ainda, a redistribuição da atividade de elaboração de relatórios técnicos diretamente às áreas responsáveis, com vistas à redução de retrabalho, maior clareza de responsabilidades e melhor controle dos prazos internos. Diante dos esclarecimentos prestados, o colegiado solicitou a rerepresentação do tema em reunião futura, de forma estruturada, contemplando visão consolidada do backlog de propostas, funcionamento do CRM, relatórios de acompanhamento, tempos e movimentos das demandas, gargalos existentes no fluxo completo entre a solicitação do cliente e a efetiva geração de receita, bem como indicadores objetivos e resultados alcançados pelas medidas de melhoria implementadas. O Diretor comprometeu-se a submeter o referido material ao Conselho Fiscal na próxima reunião ordinária, agendada para **maio de 2026**. Após ampla discussão, o Conselho Fiscal tomou ciência das informações apresentadas, reconhecendo a relevância estratégica do Projeto do Motor Biométrico e das iniciativas voltadas à modernização dos processos comerciais e operacionais da Companhia. Sem prejuízo, registrou preocupação quanto aos impactos financeiros decorrentes da redução das receitas projetadas, à morosidade das tratativas contratuais pendentes, aos riscos associados ao fluxo de caixa e à necessidade de contínuo aperfeiçoamento dos processos internos de venda, contratação e faturamento. Recomendou a manutenção do acompanhamento dos temas tratados e agradeceu aos apresentadores pelas informações prestadas. Adicionalmente, os Conselheiros registraram que a futura apresentação deverá contemplar não apenas a visão da área comercial, mas também o levantamento conduzido pelas Diretorias Jurídica, de

Governança e de Gestão acerca de processos, faturamento e gargalos identificados, por representar abordagem mais ampla, integrada e corporativa sobre o tema.

#### 8. Outros assuntos de interesse social:

**a) Ciência aos membros acerca da disponibilização, em ambiente virtual corporativo Microsoft SharePoint (SharePoint), das atas e documentos correlatos dos seguintes órgãos de governança: Assembleias Gerais de Acionistas, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. (atendimento dos itens 3.1 e 5.4 do Planejamento Anual do Conselho Fiscal)**

A Assessora do Escritório de Governança deu ciência aos membros do colegiado acerca da disponibilização, em ambiente virtual corporativo **Microsoft SharePoint**, das atas das **Assembleias Gerais**, do **Conselho de Administração**, do **Comitê de Auditoria Estatutário**, do **Conselho Fiscal** e da **Diretoria Executiva**. O colegiado registrou positivamente a iniciativa, por contribuir para a adequada organização documental, a rastreabilidade e a transparência das informações de governança.


**b) Disponibilização para ciência do relatório das atividades da área de Segurança da Informação - (apresentado ao CA em 27/03/2026)**

Ainda com a palavra, a Assessora do Escritório de Governança deu ciência ao colegiado acerca do **Relatório de Atividades da área de Segurança da Informação**, anteriormente submetido ao Conselho de Administração e previamente disponibilizado aos membros por meio das plataformas **Microsoft SharePoint** e **Atlas Governance**. Após ciência do material, os membros agradeceram as informações prestadas.

**Encerramento:** Não havendo outros assuntos a serem tratados e tendo sido esgotada a pauta do dia, a reunião foi encerrada. Eu, **Sandra Marinalva da Silva Soares**, lavei a presente ata que, após lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos Senhores membros do Conselho Fiscal.


Taboão da Serra, 22 de abril de 2026.

  
*Luzia Valeria Sarno*  
**LUZIA VALÉRIA SARNO**  
Presidente do Conselho Fiscal

  
*Roberto César De Oliveira Viegas*  
**ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS**  
Membro do Conselho Fiscal

  
*Rodrigo Fontenelle De Araujo Miranda*  
**RODRIGO FONTENELLE DE ARAÚJO MIRANDA**  
Membro do Conselho Fiscal

  
*Maurício Barutti De Oliveira*  
**MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA**  
Membro do Conselho Fiscal

  
*Bruno Santos Abreu Caligaris*  
**BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS**  
Membro do Conselho Fiscal

  
*Sandra Marinalva Da Silva Soares*  
**SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES**  
Assessora do Escritório de Governança e  
Secretaria da Reunião

### Ata - CF 005-2026\_22-04-2026\_vfinal.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: ECAD7-10FB9-F447B



Solicitação de assinatura iniciada por: Sandra M. d. S. S. em 04/05/2026

## Assinaturas



**Mauricio Barutti de Oliveira**  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 04 de maio de 2026, 15:55:42 | E-mail: mba\*\*\*\*\*@fa\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 201.55.63.1 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 147.0.0.0, Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-7685



**Sandra Marinalva da Silva Soares**  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 04 de maio de 2026, 16:08:16 | E-mail: sso\*\*\*\*\*@sp\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 2804:7f0:96c0:23a4:11e1:4d74:6420:799d | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 147.0.0.0, Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-0797



**Roberto César de Oliveira Viegas**  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 05 de maio de 2026, 10:54:44 | E-mail: rco\*\*\*\*\*@sp\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 177.95.190.48 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 147.0.0.0, Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-1000



Luzia Valeria Sarno  
Assinou Eletronicamente

  
*Luzia Valeria Sarno*  
41940

  
*LS*  
41940

Assinou em: 05 de maio de 2026, 18:33:17 | E-mail: luz\*\*\*\*\*@fd\*\*\*\*\* | Endereço de IP:  
189.33.66.85 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 147.0.0.0,  
Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-0574



Rodrigo Fontenelle de Araujo Miranda  
Assinou Eletronicamente

  
*Rodrigo Fontenelle De Araujo Miranda*  
48367

  
*RM*  
48367

Assinou em: 14 de maio de 2026, 18:44:41 | E-mail: rfo\*\*\*\*\*@sp\*\*\*\*\* | Endereço de IP:  
2804:1b3:a942:c58f:fae5:2151:4be9:82bb | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp |  
Dispositivo/Aplicativo: Chrome Mobile 148.0.0.0, Android 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-4075



Bruno Santos Abreu Caligaris  
Assinou Eletronicamente

  
*Bruno Santos Abreu Caligaris*  
47134

  
*BC*  
47134

Assinou em: 15 de maio de 2026, 14:37:19 | E-mail: bca\*\*\*\*\*@ho\*\*\*\*\* | Endereço de IP:  
201.55.53.80 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 148.0.0.0,  
Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-4567